

São Paulo, 12 de agosto de 2014
SBPC - 083/Dir.

Ilma. Sra.
Dra. MAGDA CHAMBRIARD
MD. Diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo - ANP.

Ref. CONSULTA PÚBLICA Nº 10/2014, DA ANP, SOBRE NOVAS REGRAS PARA INVESTIMENTOS EM P&D

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) realizaram duas sessões públicas para a discussão da Consulta Pública Nº 10/2004 da ANP: Durante a Reunião Anual da SBPC em Rio Branco, AC, com a presença do Dr. Elias Ramos de Souza (ANP); e no dia 05 de Agosto de 2014 na sede da ABC no Rio de Janeiro, com a presença da Dra. Anália Pereira (ANP), Dr. Marcos Azevedo (ANP) e de diretores e Conselheiros da SBPC e ABC, além dos Presidentes de Sociedades Científicas afiliadas à SBPC.

Inicialmente, parabenizamos V.Sa e a ANP pelo uso da consulta publica para tomada de decisão sobre um tema altamente relevante para a Ciência, Tecnologia e Inovação no nosso país, bem como pela possibilidade de ampliação temática dos investimentos e pela possibilidade da criação de um Comitê Gestor.

Os investimentos realizados através da ANP em CT&I têm sido de alta relevância para o setor de energia. Entretanto, uma leitura mais ampla destes investimentos, incluindo áreas do conhecimento transversais ao setor, são de grande importância para o avanço concertado da CT&I. Por outro lado, a modernização da “tomada de decisão” pela Criação de um Comitê, cujo modelo pode ser nos moldes dos que existem nos Fundos Setoriais e com uma representação equilibrada entre ANP, Empresas, Governo Federal, ICT e as representações da ABC e da SBPC, será vital para a garantia da tomada de decisões estratégicas e sustentáveis.

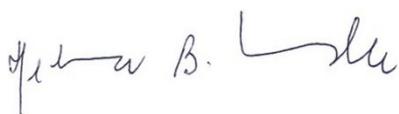
Destacamos que na documentação disponível para a consulta existe um detalhamento, desnecessário nesse momento, (*e.g.* valor de HH, diárias, etc...) que servirão mais para criar barreiras do que ajustar o sistema. Estes detalhamentos, poderão ser motivo de regulamentação posterior da ANP, considerando inclusive as necessidades financeiras do momento.

A SBPC e a ABC, com base nas discussões realizadas, manifestam-se totalmente contrárias a qualquer possibilidade de diminuir o percentual dos recursos aplicados nas ICTs, incluindo a possibilidade de aquisição de equipamentos pelas empresas

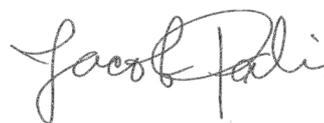
concessionárias e/ou aplicação de recursos de PD&I no exterior. Sugerimos a manutenção de um percentual dos recursos de, no mínimo, 50% para aplicação em ICT nacionais, podendo este percentual ser expandido para 60%, considerando a manutenção e criação de novos programas voltados à formação de recursos humanos, como o PRH da ANP, que poderá ser inclusive ampliado e flexibilizado com a inclusão de áreas correlatas ou transversais à Energia.

A ABC e a SBPC colocam-se à disposição da ANP para participar de qualquer discussão que vise o avanço científico e tecnológico, sustentável, do país.

Cordiais saudações,



HELENA B. NADER
Presidente SBPC



JACOB PALIS.
Presidente ABC